



## Espelho Prova Prática Escrita

### Questão Discursiva 1

- (i) deverá EFETUAR O LANÇAMENTO DE OFÍCIO, no prazo DECADENCIAL de 05 anos, a contar do 1º dia do exercício financeiro seguinte em relação àquele que poderia ter ocorrido o lançamento do imposto (art. 173, I, do CTN), conforme a Súmula 555 do STJ (Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa).
- (ii) a entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensando-se qualquer providência do fisco (art. 150, do CTN), conforme a Súmula 436 do STJ (A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco). Não há que se falar em decadência ou em lançamento tributário, permitindo a INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E AJUIZAMENTO DA AÇÃO EXECUTIVA (prazo PRESCRICIONAL).
- (iii) deverá homologar o pagamento parcial e EFETUAR O LANÇAMENTO DE OFÍCIO SUPLEMENTAR, dentro do prazo DECADENCIAL de 05 anos, a contar da ocorrência do fato gerador (art. 150, § 4º, do CTN), sob pena de homologação tácita e extinção do crédito.

### Questão Discursiva 2

- (i) O pagamento dos débitos da Fazenda Pública decorrentes de condenação judicial possui regramento próprio. Ele poderá ocorrer por meio de precatório (CRFB/88; art. 100) ou por meio de requisição de pequeno valor (Leis n. 12.153/09, art. 13, parágrafo 3 e Lei n. 10.259/01; art. 17).
- (ii) PRECATÓRIO? os débitos apresentados até 1 de julho, devem ser pagos o pagamento até o final do exercício seguinte. RPV - Após a expedição da RPV, o tempo para que o pagamento seja feito ao credor é de 02 meses (art. 535, § 3º, II, do CPC).
- (iii) Durante o denominado? período de graça? não devem incidir juros de mora no período entre a data da expedição do precatório (Súmula vinculante 17 - Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos) ou da requisição de pequeno valor (RPV) e o efetivo pagamento.

### Composição Jurídica

Interposição de AGRAVO INTERNO (requisitos de repercussão geral), conforme o art. 1.021 do CPC; endereçamento da peça para o Tribunal local (TJSC), conforme art. 1.030, I, do CPC; requerer a retratação do relator, conforme art. 1.021, § 2º, do CPC; suscitar o prazo em dobro para recorrer, na forma do artigo 230 c/c art. 183 caput do CPC; dispensa de recolhimento do preparo, conforme art. 1.007, § 1º, do CPC. A interposição do recurso inadequado zera a pontuação. Não é hipótese de AGRAVO EM RE (inadmissão por ausência de pressupostos recursais), nem tampouco de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ausência dos requisitos do art. 1.022, do CPC, expressamente explicitado no enunciado).